

O PODER DO REI NA TRAGÉDIA DE EURÍPIDES

WILSON ALVES RIBEIRO JR.*

Universidade de São Paulo

Resumo. Do ponto de vista histórico, a instituição dos reis gregos é insuficientemente documentada e sua exata natureza está ainda por se revelar. A julgar pela obra dos poetas arcaicos e clássicos, no entanto, as características da realeza ficaram bem gravadas na memória dos gregos do Período Clássico. Nesta oportunidade, foram selecionadas e estudadas algumas passagens da tragédia de Eurípides nas quais a participação do rei pode detalhar ou esclarecer alguns aspectos do poder monárquico nas antigas comunidades gregas e seu reflexo no imaginário dos gregos do século V a.C.

Palavras-chave. Realeza; tirania; tragédia grega; Eurípides; história grega.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v18i2p57-73

A PALAVRA “REI”, INVARIAVELMENTE UTILIZADA NA LÍNGUA PORTUGUESA para designar os detentores de poder político pessoal, absoluto e hereditário, reflete melhor as características e atribuições dos reis da Idade Média europeia do que as dos detentores individuais do poder político nas póleis da Grécia Antiga. Usar essa palavra em relação aos gregos da Antiguidade e, mais precisamente, aos do Período Clássico é certamente um anacronismo, mas não há dúvida de que em tempos recuados de sua história as comunidades gregas foram conduzidas por indivíduos com poderes políticos que se assemelhavam aos da realeza europeia medieval.

As primeiras descrições do rei, de seu poder e de seus símbolos podem ser encontradas, como muitos outros elementos da antiga cultura grega, nos poemas homéricos e hesiódicos que refletem, acredita-se, diversos elementos culturais da Idade das Trevas e do alto Período Arcaico. Comparações entre os mitos descritos por Homero e por Hesíodo com os de outras culturas sugerem, ademais, que alguns conceitos remontam à Idade do Bronze do Egeu, talvez até aos precursores indo-europeus da cultura grega. Mitos de várias culturas antigas relatam que os próprios deuses eram sujeitos aos desígnios de um *primum inter pares*, de um rei dos deus.

* Doutor em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (2011). O arcabouço deste estudo foi apresentado em forma de conferência durante o IV Colóquio do GP Estudos sobre o Teatro Antigo, *As relações de poder no teatro greco-romano*, São Paulo, FFLCH-USP, 14–16 de agosto de 2012.

** Artigo recebido em 25.set.2015 e aceito para publicação em 14.dez.2015.

ses com poderes absolutos, e Hesíodo realmente conta que, desde a derrota infligida a Crono, o poderoso Zeus “reina” (ἀνάσσει) entre os imortais (Hes. *Th.* 505) e detém o título de θεῶν βασιλῆα καὶ ἀνδρῶν, “rei dos deuses e dos homens” (Hes. *Th.* 897). Diversos reis humanos míticos eram, por sua vez, considerados seus descendentes, emprestando assim um elemento de divindade ou de sanção divina (*Il.* 2.204–6) ao poder real. Menciono, apenas para ilustração, Tântalo, rei da Frígia (*Od.* 11.582–92, *Nosti Fr.* 3 West, *E. El.* 4–10), Lacedêmon, rei de Esparta (*Σ⁹ Il.* 18.486.65–7), e o herói Perseu, rei de Argos (Ps.-Hes. *Fr.* 241 = *P. Cair.* 45624; Pherecyd. 3 F 10).

Nos registros históricos dispomos de poucas informações sobre os tempos mais recuados da cultura grega, todas de natureza arqueológica ou deduzidas a partir dos registros palaciais gravados em Linear B. Na Idade do Bronze havia o *wanax*,¹ o *lawagetes*² e o *gwasileus*.³ O *wanax* micênico vivia provavelmente em um palácio como os de Cânia e Pilos e sua influência e/ou autoridade se estendia a um grande território; o *lawagetes* parece ter sido um *wanax* de importância e influência menores, ou pelo menos um de seus colaboradores de status mais elevado, e o *gwasileus* era aparentemente um simples “chefe” local, talvez um capitão ou comandante militar com atribuições civis, judiciais e administrativas restritas a uma pequena comunidade.⁴

Até o momento, nada leva a crer que esse *gwasileus* possuía as características do βασιλεύς dos poetas arcaicos, mas foi ele o único detentor de algum poder pessoal que parece ter sobrevivido ao desaparecimento do sistema palacial micênico no final da Idade do Bronze. Os gregos do Período Clássico se lembravam desses βασιλεῖς notadamente como monarcas hereditários e em termos bem gerais (*Th.* 1.13.1 e Arist. *Pol.* 1284-6b e *Ath.* 3.1–2). Tucídides (1.13.1), no entanto, afirmou que antes da época das tiranias houve uma época de monarquias (μοναρχία, “governo de um só”)⁵ e parece ter sido o primeiro a estabelecer diferenças entre as duas (Mitchel 2013, 2). Aristóteles (1286a–8a), que viveu uma ou duas gerações depois, distinguia várias espécies de governo monárquico e até mesmo considerou “tirânica” um dos tipos de monarquia (1285b).

¹ E.g. linear B 𐀕𐀗𐀫𐀗𐀫, transcrição *wa-na-ka-te-ro*, gr. clássico ἀνάκτορον, que deriva do gr. arcaico ῥάναξ.

² E.g. linear B 𐀕𐀗𐀫𐀗, transcrição *ra-wa-ke-ta*. O título parece ser uma combinação de λαός, “povo” e ἄγω “conduzir” – ou de ἡγέομαι, “líderar”, como no gr. dórico λαγέτας, “líder do povo” (Pi. O. 1.89; P. 4.107).

³ E.g. linear B 𐀕𐀗𐀫𐀗𐀫, transcrição *qa-si-re-u*, gr. arcaico e clássico βασιλεύς.

⁴ Isso no reino micênico centralizado em Pilos no século XIII a.C., pelo menos.

⁵ Note-se que o vocábulo português “monarquia” é praticamente a transcrição latina do vocábulo grego. A primeira ocorrência é um fragmento papiráceo de Alceu (*Fr.* 6.27 = *P. Oxy.* 1789), nascido em 625–620 a.C. e contemporâneo dos tiranos Melanro, Pítaco e Mirsilo de Mitilene.

Esparta foi a única pólis a emergir da Idade das Trevas com a instituição da realeza hereditária ainda vigente. Os espartanos tinham não apenas um, mas dois βασιλείς, e cada um deles descendia de uma família diferente (Agíadas ou Euripôntidas). Durante os Períodos Arcaico e Clássico eles não detinham o poder político e suas atribuições se limitavam a declarar guerra, a comandar o exército, ao direito de participar do conselho “dos velhos” (a *gerúsia*) e a receber a primeira porção nos banquetes públicos (Arist. *Pol.* 1285a). Sua autoridade judicial se limitava aos casos de cidadãos que morriam sem descendência masculina e aos relacionados com as estradas públicas e com a adoção de filhos.

Durante o Período Arcaico, oligarcas com poderes discricionários (τύραννοι “tiranos”, legisladores e αἰσμηῆται “magistrados”) dominaram o cenário político das pólis gregas (Th. 1.13.1).⁶ Esses homens pertenciam a famílias proeminentes e detinham sozinhos o poder político; eles eram μούναρχοι (Thgn. 52), “monarcas”, i.e., concentravam o poder político em sua pessoa. Ao lado de benefícios à comunidade e de iniciativas e atitudes apropriadas e meritórias, os tiranos arcaicos deixaram más recordações. Heródoto e outros autores antigos lembravam que, além de ostentar acintosamente sua riqueza pessoal e seu poder, eles interferiram politicamente nas pólis vizinhas e se envolveram em guerras de agressão contra elas, interferiram em cultos tradicionais, confiscaram bens, humilharam, exilaram, escravizaram e mataram seus concidadãos, inclusive familiares. A despeito disso, a conotação pejorativa que a palavra “tirano” tem em nossos dias começou apenas no século IV a.C., a partir de Platão.

Embora Tucídides e Aristóteles usem com frequência as palavras “tirano” e “rei” de forma mais ou menos excludente (Parker 2007, 15–7), Heródoto e historiadores tardios as utilizam de forma intercambiável. O exercício do poder político por um único homem (μοναρχία “monarquia”), a transferência do poder dentro da própria família e as atitudes benéficas e maléficas dos tiranos arcaicos tornaram efetivamente as duas instituições quase indistinguíveis para os gregos do Período Clássico.

Há diversas referências aos monarcas gregos do Período Arcaico nos filósofos pré-socráticos, nos poetas líricos, em Heródoto, em Tucídides, em Platão, em Aristóteles e em historiadores tardios como Diodoro Sículo e Nicolau de Damasco, todos presentes nos modernos tratados sobre a história grega antiga. Uma fonte de informações notável e relativamente negligenciada é, porém, a obra dos poetas trágicos do século V a.C., raramente

⁶ A tirania perdurou em algumas pólis até o século II a.C. (Dillon & Garland 1994, 29), embora os historiadores modernos denominem “Idade dos tiranos” apenas o período que vai do início da tirania de Cípselo em Corinto (c. 658 a.C.) até a queda dos psistrátidas em Atenas (c. 510 a.C.).

mencionada nesses tratados, talvez pelo caráter eminentemente ficcional das tragédias. Mas reis são personagens ficcionais mais comuns na tragédia grega do que nos poemas arcaicos e sua participação na ação dramática se baseia provavelmente na memória dos gregos sobre o poder absoluto ou quase absoluto dos monarcas – reis ou tiranos – históricos.

A obra de Eurípides se destaca, entre outras coisas, pela proximidade entre os temas trágicos e diversos elementos da cultura ateniense da segunda metade do século v a.C., o que motivou o presente estudo sobre as características da monarquia em sua obra. As referências são numerosas e, por isso, restringi a análise às características mais ilustrativas do poder real / monárquico na tragédia euripidiana, sem me deter na caracterização de reis não helênicos e na cronologia relativa das tragédias. Toda escolha é pessoal, mas confio ter selecionado as passagens mais representativas do monarca trágico nas tragédias de Eurípides.⁷

DENOMINAÇÃO, SÍMBOLOS E SEDE DO PODER REAL

Βασιλεύς e seus derivados, cujo radical corresponde ao *gwasileus* do dialeto micênico (e.g. *Alc.* 241, *Med.* 455 e 554, *Suppl.* 444, *El.* 12, *HF* 182, *Archel.* Fr. 229, *Hyps.* Fr. 752g, *Phaëth.* Fr. 773 e 781) deveria designar, teoricamente, apenas a figura real de origem hereditária e τύραννος⁸ (e.g. *Alc.* 286 e 1022, *Med.* 700, *Ion* 626, *Hel.* 4 e 35, *Ph.* 51, *Alcmeon em Corinto* Fr. *76, *Antígone* Fr. 171–2, *Auge* Fr. 275, *Tieste* Fr. *397b, *Dânae* Fr. 1132.4), figuras reais de origem não hereditária. Eurípides, no entanto, usava βασιλεύς e τύραννος indiferentemente para designar o monarca, aquele que detinha o poder real. Na *Alceste*, para se referir a Admeto, ele usa o primeiro termo (241) e logo depois (286), o segundo.

Άναξ, palavra que corresponde ao *wanax* do dialeto micênico, era usada por Eurípides como denominativo ou vocativo genérico para indicar a alta posição do monarca, e.g. γῆς ἄνακτα τῆσδε Θεσεία, “Teseu, senhor desta terra” (*Hipp.* B 1153), τῆσδ’ ἄνακτ’ εἶναι χθονός, “sou o senhor desta terra” (*Ph.* 591), Ἀγαμέμνων ἄναξ εἰ Μενέλεως ἄναξ (*IA* 431, 436, etc.), e em expressões se-

⁷ As tragédias fragmentárias sem abreviatura padronizada são mencionadas, a seguir, pelo título traduzido.

⁸ A palavra não é indo-europeia e sua origem é provavelmente não grega, talvez lídia ou etrusca. Sua primeira ocorrência nos textos gregos é o terceiro verso do Fr. 19 West de Arquiloco: μεγάλης δ’ οὐκ ἐρ(έω) τυραννίδος, “e não anseio uma grande tirania” (Dillon & Garland 1994, 29).

melhantes no *Hipólito B* (901 e 1249),⁹ em *Heraclidas* (825) e no *Alexandre Fr.* 56.1. Na *Antíope*, Hermes recorre a *ἄναξ* para se dirigir a Anfíon, futuro rei de Tebas (*Fr.* 263.68), e a Lico, o rei que ainda estava no poder (*Fr.* 223.109).

Essas denominações do rei se estendem à sua consorte e a outros familiares. Alceste, esposa do rei Admeto, é chamada de βασιλεια em *Alceste* (81); em *Hécuba* (809), a ex-rainha diz τύραννος ἢ ποτ' ἄλλὰ νῦν δούλη σέθεν, “eu antes era tirana (=rainha) e agora, tua escrava”; em *Andrômaca* (1055), Hermíone é chamada de “rainha” (βασιλεια), e no verso 65 Andrômaca diz que antes de ser escrava era “senhora / rainha” (ἄνασσα), e o mesmo ocorre com Clitemnestra na *Electra* (988); no *Fr.* 822.15 do *Frixo A* ou do *Frixo B*, a palavra βασιλεια é mencionada, possivelmente em relação a Ino. Na *Medeia* (42), a Ama se refere a Jasão, novo genro do rei, como τύραννον τόν τε γήμαντα, “o tirano que se casou” e, na mesma tragédia (877, 967 e 1356–7), Medeia se refere à filha do rei Creonte como ἡ τύραννον, “a tirana”.

Palavras correspondentes a *lawagetas* não são encontradas em Eurípides e o nome Ἀρχελαος, na tragédia *Arquelau* (*Fr.* 228–64), é a única ocorrência do radical λαο- em contexto que sugere realeza. Há, porém, algumas ocorrências da palavra λοχαγός, “líder militar de um grupo de homens, capitão” (e.g. *Suppl.* 598, *Tr.* 1260, *Ph.* 123), mas essa função ou posto militar não parece ter tido o alcance que o título micênico *lawagetas* parece ter nas tabuinhas micênicas.

A sede do poder real é o próprio palácio, residência do monarca (τυραννικῶν δόμων, *Hec.* 55) como se vê em praticamente todas as tragédias que têm o rei como personagem, e.g. *Peliás* (*Fr.* 601), *Fenícias* (197), *Orestes* (1356), *Helena* (1170), *Cresfontes* (*Fr.* 448a2). Note-se que o “palácio” é sede e símbolo do poder político até hoje, haja vista as expressões modernas Paço Municipal, Palácio do Governo, Palácio do Alvorada, etc. Em termos de abrangência geográfica, os domínios do monarca compreendiam a terra dentro dos limites da pólis que ele governava e são quase sempre referidos como “esta terra”, e.g. τῆσδ' ἄνακτα γῆς, “rei desta terra” (*Med.* 934) e às vezes um pouco além (*Hipp.* B 1084). Há ocorrências semelhantes para τύραννος em *Heraclidas* (111), *Suplicantes* (399) e *Dânae* (*Fr.* 1132.4). Na *Helena* (4 e 1058), a expressão é utilizada em relação ao rei do Egito, cujo comportamento é comparável ao dos monarcas gregos retratados em outras tragédias.

O cetro (σκήπτρος) é o símbolo do poder real por excelência, assim como uma de suas mais frequentes metáforas, e.g. *El.* 11, *HF* 213, *Tr.* 150, *Ph.* 52, 73 e 80, *Or.* 437, *IA* 311 e 412. Passagens corais da *Antíope* (*Fr.* 223.17–8)

⁹ Eurípides escreveu duas tragédias intituladas “Hipólito”. Da primeira, abreviatura *Hipp. A*, temos apenas fragmentos; a segunda (abreviatura *Hipp. B*) chegou até nós na íntegra.

e da *Ifigênia em Táuris* (186–7), respectivamente, ilustram com precisão a metáfora:

ὄδ' αὐ[τό]ς, εἰ χρὴ δοξάσαι τυραννικῶι
σ]κ[ή]πτρωι, Λύκος πάρεστι· σιγῶμεν, φίλοι.

É ele, se devemos conjeturar pelo real
cetro, Lico em pessoa; calemo-nos, amigos.

οἴμοι τῶν Ἀτρείδων οἴκων.
ἔρρει φῶς σκῆπτρόν <τ'>, οἴμοι,

a casa dos Atridas, ai de mim,
a luz de seu cetro está arruinada, ai de mim.

Note-se que na *Andrômaca* (23, 588 e 1223) o idoso Peleu ainda detinha a dignidade real e usava o cetro, embora Eurípides dê a entender ao longo da tragédia que ele era uma espécie de rei honorário e que seu neto Neoptólemo cuidava de tudo.

Na maioria das vezes, Eurípides usou a palavra *θρόνος*, “trono”, para designar simples assentos, mas em alguns lugares a metáfora para a realeza é bem clara, e.g. *καὶ παρὰ θρόνον ἀρχέταν*,¹⁰ “e junto ao trono real” (*Heraclid.* 753), *κοῦ δεῖ τύρανν[α σκῆπτρα καὶ θρόνους λαβεῖν*, “e não devem ter parte nem no cetro e nem no trono real” (*Melanipp. Capt. Fr.* 495.20), *θρόνους ἔχων*, “posso o trono” (*HF* 167). As rainhas também tinham direito literal de usá-lo, já que Helena, esposa do rei Menelau, sentava-se em um trono dentro do palácio real (*Or.* 1408–10).

O rei às vezes proclamava pessoalmente suas decisões (*Med.* 272, 351 e 725; *Hipp. B* 973–5 e 1084),¹¹ mas dispunha de representante pessoal que atuava à distância, o arauto, para transmitir desejos, decisões (e.g. *Heraclid., Suppl.* e *Hec., passim*; *Phaëth. Fr.* 771–86) e, às vezes, até sua disposição natural. Em *Heraclidas*, por exemplo, Euristeu é representado por um arauto antipático e agressivo, verdadeiro alter ego do soberano argivo,¹² mas em *Troianas* temos o oposto: Agamêmnon é representado por Taltíbio, simpático e compassivo, embora o atrida não fosse sempre assim.

¹⁰ Nessa passagem em particular, Zuntz (1955, 118) acredita que se trate de referência ao trono de Zeus.

¹¹ *Med.* 272: ἀνείπων, “eu proclamei”; em 351, προυννέπω, “eu proclamo” e, em 725, προσημαίω, “eu proclamo”. *Hipp. B* 1084: προεννέπω, “eu proclamo”.

¹² O rei Euristeu que fala no final de *Heraclidas* é bem diferente da imagem passada ao longo da tragédia por seu arauto, mas lembremos que nesse momento o exército argivo havia sido vencido e ele, capturado.

REQUISITOS, IMPORTÂNCIA E VANTAGENS DA REALEZA

Creusa, filha de rei, naturalmente considerava importante a existência da realeza, δῶμ' ἐστιοῦται, γὰ δ' ἔχει τυράννους, “a casa tem alicerces (=filhos), a terra tem reis” (*Ion* 1464), mas era a pólis que sancionava a realeza, pelo menos segundo o rei Menelau, ao questionar Orestes (*Or.* 437): Ἀγαμέμνονος δὲ σκῆπτρ' ἔαι σ' ἔχειν πόλις; “a pólis permite que conserves o cetro de Agamêmnon?”.

Uma das deferências requeridas pelo rei era a preferência de passagem. Em *Fenícias* (40) Jocasta conta que o cocheiro de Laio exigiu que Édipo desse passagem ao rei (tirano), embora o episódio não tenha acabado bem. A monarquia tinha outros atrativos, tanto que Etéocles, filho de Édipo, preferiu se manter na função de rei em detrimento da segurança de Tebas (*Ph.* 560). Pouco antes (524–5) ele afirmara que, para obter a tirania, valia a pena cometer injustiças (ἀδικεῖν), e que (504–8)

ἄστρον ἂν ἔλθοιμι ἑὴλίου ἑπὶ ἀντολάς
καὶ γῆς ἔνερθε, δυνατὸς ὢν δρᾶσαι τάδε,
τὴν θεῶν μεγίστην ὥστ' ἔχειν Τυραννίδα.
τοῦτ' οὖν τὸ χρηστόν, μήτερ, οὐχὶ βούλομαι
ἄλλωι παρῆναι μᾶλλον ἢ σώζειν ἐμοί·

iria aonde os astros e o sol nascem
e abaixo da terra, se isso estivesse em meu poder,
para ter Tirania (ou Realeza), a maior das divindades.
Por isso, mãe, não desejo esse bem
entregar a outro, prefiro ficar com ele.

Para Eurípides, a realeza não envolvia apenas poder e prestígio. Jocasta, mãe de Etéocles, revela que o rei aumenta suas riquezas pessoais (552–3 e 566), i.e., já era rico antes da monarquia e depois ficava ainda mais rico. Em *Suplicantes* (417–22), o arauto de Creonte diz a Teseu que é preciso ter tempo disponível e ser rico para governar a pólis, pois um lavrador pobre precisa trabalhar e não tem tempo para isso.

Não admira, portanto, que o rei combatesse energicamente os que se opunham a seu poder. Ainda em *Suplicantes* (444–6), diz Teseu:

ἀνὴρ δὲ βασιλεὺς ἐχθρὸν ἡγεῖται τόδε,
καὶ τοὺς ἀρίστους οὐς <τ' > ἂν ἡγήται φρονεῖν
κτείνει, δεδοικῶς τῆς τυραννίδος πέρι

e um homem que é rei os considera um inimigo
e os melhores deles acha prudente
matar, temendo por seu próprio poder.

A realeza não estava ao alcance de qualquer um, somente membros da aristocracia e seus descendentes podiam almejá-la. No *Hipólito* B (1283), Ártemis qualifica Teseu, rei de Atenas, de εὐπατρίδην, “de nobre família” ou de “nobre nascimento”¹³ e na *Alceste* (681 e 686–8) o ex-rei Feres diz ao rei Admeto, seu filho:

ἐγὼ δέ σ' οἴκων δεσπότην ἐγεινάμην
 κάθρεψ' (...)
 ἂ δ' ἡμῶν χρῆν σε τυγχάνειν ἔχεις.
 πολλῶν μὲν ἄρχεις, πολυπλήθους δέ σοι γύας
 λείπω· πατρός γάρ ταῦτ' ἔδεξάμην πάρα.

eu te gerei e criei para ser o mestre
 do palácio (...)
 o que tinhas a receber de mim, tu tens;
 muitos governas e terras extensas¹⁴ a ti
 deixarei, pois isso recebi de meu pai.

Na *Medeia* (916-7), Jasão diz aos filhos esperar que, devido ao casamento com a filha do rei Creonte, τῆσδε γῆς Κορινθίας τὰ πρῶτ' ἔσεσθαι, eles “serão os primeiros desta terra coríntia”. Ou seja, a hereditariedade e a propriedade da terra, i.e., a riqueza, eram questões vinculadas diretamente ao poder real e também à sua transmissão.

Outros tipos de vínculo familiar também podiam assegurar a transmissão do poder real. No *Íon* (57–73 e 808–28), Hermes e o Velho Servidor de Creusa relatam que o aqueu Xuto, pelo casamento com Creusa, reinava em Atenas. Em *Fenícias* (49–54), Édipo, então um desconhecido que havia derrotado a Esfinge, se tornou rei de Tebas ao casar inadvertidamente com a própria mãe, viúva do rei precedente, morto em circunstâncias mal esclarecidas. O poder podia, portanto, passar pela linhagem feminina, mas não parava nela: era transmitido até o membro masculino mais próximo.

O rei podia, também, entregar voluntariamente o poder. Em *Fenícias* (71–4), Jocasta conta que seus filhos Etéocles e Polinice haviam combinado, inicialmente, que um cederia o poder ao outro todos os anos, i.e, cada um reinaria por um ano. Na *Alceste*, depreende-se que Feres passou o poder ao filho Admeto porque assim quis, e o mesmo nos conta Eurípides em *Bacantes* (43–4), ao descrever a passagem do poder de Cadmo a seu neto Penteu:

Κάδμος μὲν οὖν γέρας τε καὶ τυραννίδα
 Πενθεΐ δίδωσι θυγατρὸς ἐκπεφυκότη,

¹³ Os εὐπατρίδαι, lit. “eupátridas”, eram os membros da velha aristocracia ateniense.

¹⁴ Lit. “de muitos pletros”.

A honraria e também o poder real Cadmo entrega a Penteu, nascido de sua filha.

Na mesma pólis, posteriormente, Hermes diz a Lico (*Antiope Fr.* 223.108–9):

ὦν χρῆ σ' ἀκούειν [καὶ] χθονὸς μοναρχίαν¹⁵
ἐκόντα δοῦνα[ι τοῖσδε Κ]αδμείας, ἄναξ.

é preciso que a eles obedeças e a soberania sobre a terra de Cadmo entregues voluntariamente, senhor.

Havia, ainda, outras formas de se tornar rei. Eurípides menciona a curiosa disputa pelo trono de Micenas entre Atreu e Tieste na *Ifigênia em Táuris* (813–7) e no *Fr.* *397b do *Tieste*:

ΑΤΡΕΥΣ
δείξας γὰρ ἄστρον τὴν ἐναντίαν ὁδὸν
δόμους τ' ἔσωσα καὶ τύραννος ἰζόμεν.

ATREU
Mostrando dos astros o caminho oposto,¹⁶
salvei minha casa e estabeleci a tirania.

E quando eventualmente ocorriam problemas de sucessão que não podiam ser resolvidos pelos métodos tradicionais, a sorte decidia: em *Heraclidas* (34–6), por exemplo, fala-se em κλήρωι, “sorteio”. Note-se, porém, que provavelmente se trata de mais um anacronismo, já que esse era procedimento próprio à Atenas democrática do século v a.C.

OS PODERES CIVIS DO REI

O poder político está concentrado no rei que, em princípio, o exerce sozinho. Em *Hipólito B* (1015) e em *Andrômaca* (366), Hipólito e Menelau, respectivamente, se referem ao poder real como μοναρχία, “poder de um só”. Segundo Etéocles, rei de Tebas, todos são escravos, com exceção do rei: ἄρχειν παρὸν μοι τῶιδε δουλεύσω ποτέ; “se posso governar, porque me tornarei escravo dele?” (*Ph.* 520). Em *Suplicantes* (410–3), o arauto de Creonte diz a

¹⁵ Note-se, nessa passagem, o vínculo entre ἄναξ e μοναρχίαν.

¹⁶ A lenda da mudança de curso do sol, que antes dessa disputa nascia no oeste, é descrita por Apolodoro (*Epítome* 2.10-14) e por Higino (*Fab.* 88).

Teseu que a pólis de onde ele vem (Tebas) é governada por um só homem e não por uma multidão, e nos versos 429–32, o rei ateniense Teseu sintetiza:

οὐδὲν τυράννου δυσμενέστερον πόλει,
 ὅπου τὸ μὲν πρῶτιστον οὐκ εἰσὶν νόμοι
 κοινοί, κρατεῖ δ' εἷς τὸν νόμον κεκτημένος
 αὐτὸς παρ' αὐτῶι·

nada é mais hostil a uma pólis do que um rei,
 e onde ele está não há, em primeiro lugar, uma lei
 para todos, apenas um tem o poder e a lei nele
 e só nele reside.

O poder é tão vinculado ao monarca que até o seu nome reflete o poder. “Creonte”, por exemplo, vem de Κρέων = Κρήων = Κρείων, “governante”, lit. “o mais forte, o mais poderoso”. O nome, encontrado em Ésquilo (*Sete contra Tebas*) e em Sófocles (*Édipo Rei*, *Édipo em Colono*, *Antígona*), também está presente nas tragédias de Eurípides (*Medeia*, *Suplicantes*, *Fenícias* e *Alcmeon em Corinto Fr. 75*).

A vontade do rei é teoricamente absoluta, real, despótica, “tirânica”, envolvendo até vida e morte. No *Belerofonte* (Fr. 268), o herói afirma que o rei mata muita gente e, efetivamente, em *Bacantes* (355–7), Penteu ordenou que o “sacerdote de Dioniso” fosse preso e morto por apedrejamento sem ao menos vê-lo, depois de ouvir dizer o que ele aparentemente havia feito. Em *Medeia* (352–4), Creonte coloca Medeia diante dessa opção, caso fosse desobedecido; em *Heraclidas* (60), o arauto de Euristeu diz que Iolau foi incondicionalmente condenado à morte por apedrejamento¹⁷ e, no v. 964, coube a Demofonte decidir se o cativo rei de Argos, vencido em batalha, viveria ou não. No *Hipólito B* (1055–6), Teseu condena seu filho Hipólito sem julgamento e sem nem mesmo ouvir os adivinhos, uma das formas de auscultar a vontade dos deuses. Na *Medeia* (274–5), Creonte diz a Medeia ἐγὼ βραβεὺς λόγου τοῦδ' εἰμί, “sou eu o árbitro¹⁸ dessa lei”, embora pouco depois (348) atenuie a afirmação, dizendo que sua vontade nem sempre é τυραννικόν, “tirânica”. Em *Suplicantes* (349–50), por outro lado, Teseu diz que a pólis precisa se curvar aos seus desejos, embora coloque em ténue verniz democrático nessa despótica atitude:

¹⁷ Em outra passagem dessa tragédia (142), o aspecto legal é marcado pela palavra νόμος, que tem significado semelhante a δική: “uso, costume, lei, decreto”.

¹⁸ O vocábulo βραβεὺς designava o árbitro / juiz de disputas atléticas, e mais tarde árbitros e juizes em geral.

δόξαι δὲ χρήζω καὶ πόλει πάσῃ τόδε,
δόξει δ' ἐμοῦ θέλοντος·

Desejo que a pólis toda ratifique isso
também, pois é o que eu quero.

O cumprimento da vontade real envolvia, algumas vezes, o uso da força. Em *Heraclidas* (105–6), o arauto de Euristeu diz que poderá usar força contra Iolau e os filhos de Hércules, e antes, nos versos 65–76 e 127–9, já havia tentado arrancar Iolau do altar pela violência; em *Fenícias* (1660), o Creonte de Tebas ordena que agarrem Antígona e a levem para casa; em *Medeia* (335), o Creonte de Corinto diz a Medeia que ἐξ ὀπαδῶν χειρὸς ὠσθήσῃ βίαι, “pela mão de meu atendentes serás expulsa à força” e, em *Bacantes* (434–42), um servo conta a Penteu que, conforme ordens dele, caçou e prendeu o forasteiro. No *Hipólito B* (1084), Teseu ordena aos seus escravos que expulsem Hipólito e, pouco antes (974–5), já dissera que Hipólito não poderia ir nem para Atenas e nem εἰς ὄρους γῆς ἧς ἐμὸν κρατεῖ δόρυ, “aos limites da terra submetida por minha lança”.

O rei decidia, portanto, quem podia ou não ficar na pólis, admitindo novos cidadãos ou expulsando quem lá vivia. Em *Heraclidas* (153–4), Demofonte podia receber os filhos de Hércules “nos seus domínios” (ἐς γαῖαν) ou mandá-los embora. No *Hipólito B* (893–8), o rei Teseu expulsa de Trezena e de Atenas seu filho Hipólito e em *Medeia* (272–6, 352–4 e 706), Creonte exila Medeia e seus filhos de Corinto, embora nenhum deles fosse, originalmente, cidadão coríntio. Esse poder aparentemente se estendia aos súditos que estavam fora da sua terra, já que em *Heraclidas* (99–100) Euristeu exigiu a devolução de Iolau e dos filhos de Hércules a Argos. Nos versos 68 e 105, seu arauto explicou que eles pertenciam a Euristeu, eram propriedade dele, mas nos versos 139–43, diante do rei Demofonte, procurou levar a coisa para o lado legal, afirmando que se tratava de fugitivos condenados à morte pela lei de Argos.

O poder do rei se estendia às posses e, do ponto de vista sexual, às filhas dos cidadãos. Em *Suplicantes* (450–4), Teseu diz ao arauto de Creonte:

κτᾶσθαι δὲ πλοῦτον καὶ βίον τί δεῖ τέκνοις
ὡς τῷ τυράννῳι πλείον' ἐκμοχθῆι βίον;
ἢ παρθενεύειν παῖδας ἐν δόμοις καλῶς,
τερπνὰς τυράννοις ἡδονὰς ὅταν θέλῃ,
δάκρυα δ' ἔτοιμάζουσι;

é preciso adquirir riquezas e bens para os filhos 450
e aumentar a riqueza do rei com seus bens?
Para que criar donzelas em casa, virtuosamente,
afim de que reis tenham seus prazeres sempre que querem,
provocando lágrimas nos que entregam [as donzelas]?

Na prática havia limites ao poder real e alguns atos do rei podiam ser criticados e eventualmente considerados desmedidos. Em *Bacantes* (671), por exemplo, o Mensageiro disse a Penteu que temia τὸ βασιλικὸν λίαν, o “excesso do poder real” e, em *Fenícias* (1651), Antígone diz a Creonte que o decreto (δικήν)¹⁹ que proibia o enterro de Polinice não seguia o costume (οὐκ ἔννομον). No *Fr. 172* da tragédia *Antígone*, alguém afirma:

οὐτ’ εἰκὸς ἄρχειν οὔτε χρῆν εἶναι νόμον
 τύραννον εἶναι· μωρία δὲ καὶ θέλειν
 < >
 ὃς τῶν ὁμοίων βούλεται κρατεῖν μόνος.

não convém nem governar e nem querer reinar
 sem lei; e é também loucura almejar
 < >
 aquele que deseja governar sozinho os seus iguais.

As decisões do rei podiam ser eventualmente criticadas e até revogadas ou moduladas por ele, após súplica ou interferência de parentes. Na *Medeia* (349–55), Creonte estendeu um pouco o prazo de permanência da exilada Medeia em Corinto, após súplica formal; nessa mesma tragédia, Jásão tentou fazer o rei revogar o exílio dos seus filhos através da intercessão da sua nova esposa, filha dele, que poderia abrandar o rei (939–44), e ela realmente conseguiu fazê-lo (1002–4). E também era possível reclamar. Em *Hípólito B* (983–1035), Hípólito tenta se defender perante Teseu depois de condenado ao exílio e, na *Alceste* (677–8) o ex-Rei Feres alega, durante ácida discussão com o filho e rei Admeto:

οὐκ οἶσθα Θεσσαλὸν με κάπὸ Θεσσαλοῦ
 πατρὸς γεγῶτα γνησίως ἐλεύθερον;

não sabes que sou Tessaliano, de pai
 Tessaliano legitimamente nascido e livre?

Os nobres que viviam na pólis sem nela ter nascido, no entanto, não tinham liberdade para falar (*Ph.* 391).

A possibilidade de contestar ou de pelo se queixar das decisões reais implica na existência de uma espécie de código de conduta, provavelmente estabelecido pelo costume, que guiava os atos do rei. Na *Antígone* (*Fr.* 171), Eurípidés conta de forma gnômica que δεῖ τοῖσι πολλοῖς τὸν τύραννον ἀνδάνειν, “é preciso que o rei agrade muitas pessoas (=a multidão?)”. O rei certa-

¹⁹ Δίκη: originalmente “costume, uso” e também “pena, sentença”; mais tarde, o resultado de um julgamento ou decisão legal (decreto).

mente não podia ignorar as disposições divinas, como fez Teseu no *Hipólito B* (1055–6); em *Heraclidas* (340 e 400–5), antes da batalha entre atenienses e argivos, o rei Demofonte corretamente consultou oráculos e ofereceu sacrifícios para verificar as disposições das divindades e, pouco depois (411–3) afirmou que não podia obrigar um cidadão ateniense a ceder um de seus filhos para ser sacrificado aos deuses, em prol da segurança da pólis.

Em uma das passagens mais interessantes da tragédia *Erecteu* (*Fr.* 363), o rei ateniense dá conselhos e seu filho e sucessor antes de entrar em batalha, para o caso de perecer. O texto, conservado por Estobeu (3,3), é um pouco confuso devido ao mau estado de conservação, mas é possível distinguir os conselhos de pai dos conselhos de rei. Selecionei os nove dizeres que me parecem mais aplicáveis ao poder real:

1. manter a doçura (= “temperamento gentil”, φρένας ἠπίους);
2. para ser respeitado, dar partes iguais, i.e. tratar igualmente ricos e pobres;
3. procurar enriquecer, mas sem adquirir bens por meio de injustiças, a fim de viver longamente no palácio;
4. ter como amigos os que não concordam com tudo, e evitar os que só procuram comprazê-lo;
5. procurar a companhia dos mais velhos;
6. evitar os dissolutos que só procuram prazeres fáceis efêmeros;
7. jamais usar o poder real para satisfazer seus prazeres;
8. não desonrar os filhos de gente pobre e honesta;
9. não permitir que os maus prosperem na pólis.

O rei tinha, portanto, deveres e obrigações. O mais importante deles era ser o mais patriota dos cidadãos e, se necessário, fazer sacrifícios pessoais em prol da pólis. Na *Medeia* (329), por exemplo, Creonte afirma que a pátria, depois de seus filhos, é o que ele mais aprecia e, em *Fenícias* (560–1), Jocasta diz que entre ser rei e salvar a pólis, correta é a segunda opção. O *test. 1* do *Erecteu* (= *Fr.* 349–70) conta que quando Erecteu era rei (βασιλεύς) de Atenas, o oráculo de Delfos vaticinou que ele derrotaria os exércitos que ameaçavam a pólis se sacrificasse sua filha, e ele assim o fez. Em *Heraclidas*, o rei Demofonte esteve diante de um dilema parecido, mas não cogitou sacrificar sua filha ou a de outro cidadão ateniense para defender cidadãos de Argos que, embora acolhidos como suplicantes, não eram atenienses.²⁰ No *Íon* (621–3), Íon pondera:

²⁰ A filha de Hércules se ofereceu, no entanto, para assegurar a vitória ateniense e a salvação de seus irmãos, resolvendo o impasse trágico.

τυραννίδος δὲ τῆς μάτην αἰνουμένης
τὸ μὲν πρόσωπον ἡδύ, τὰν δόμοισι δὲ
λυπηρά·

A realeza é exaltada sem razão e,
embora a fachada seja agradável, dentro do palácio
há tristezas.

O poder monárquico podia, por outro lado, subir à cabeça do rei e ser nefasto aos cidadãos. Mas havia perigo para ambos os lados... No *Hipólito B* (1013–5), Hipólito diz a Teseu:

ἀλλ' ὡς τυραννεῖν ἡδὺ τοῖσι σώφροσιν;
ῥῆκιστά γ', εἰ μὴ† τὰς φρένας διέφθορεν
θνητῶν ὅσοισιν ἀνδάνει μοναρχία.

mas ser rei (= tirano) não seria doce para os sábios?
de modo algum, se isso destruir a mente
dos mortais que se comprazem com o poder único.

E em *Pelíades* (Fr. 605), diz o rei Pélias a Medeia²¹:

τὸ δ' ἔσχατον δὴ τοῦτο θαυμαστὸν βροτοῖς
τυραννίς, οὐχ εὐροις ἄν ἀθλιώτερον.
φίλους τε πορθεῖν καὶ κατακτανεῖν χρεῶν,
πλεῖστος φόβος πρόσεστι μὴ δράσωσί τι.

Isso que os mortais mais admiram,
a tirania (= realeza), não se acha nada mais lamentável.
É necessário arruinar e até matar os amigos,
e se vive com muito medo de que eles façam algo.

ALGUNS ASPECTOS MILITARES DA REALEZA

O rei era o comandante do exército da pólis. Em *Fenícias*, Etéocles lidera as forças tebanas e, embora discuta o assunto com Creonte, cabe a ele decidir a estratégia da batalha. Por falar em estratégia, em *Heraclidas* 391 há um anacronismo: o rei Demofonte se diz στρατηγός, palavra que geralmente se traduz por “general”. Ele comanda as tropas de Atenas e Euristeu, as de Argos. Na *Andrômaca* (759–60), Peleu ainda controla o exército da Ftia, e na *Ifigênia em Áulis* o rei Agamêmnon chefia suas forças e todas as outras

²¹ A atribuição do fragmento a esses personagens é conjectural (Van Looy 2002, 526).

forças gregas que se dirigem a Troia. No *Hércules* (1163–71), finalmente, o rei Teseu chega a Tebas com um exército ateniense para ajudar Hércules.

Na vida real e também na tragédia, guerras podiam ser tanto agressivas quanto defensivas, como se vê no embate entre Demofonte e Euristeu em *Heraclidas*. No *Beleronte* (Fr. 286.5–6), diz o herói:

φήμι' ἐγὼ τυραννίδα
κτείνειν τε πλείστους κτημάτων τ' ἀποστερεῖν
ὄρκους τε παραβαίνοντας ἐκπορθεῖν πόλεις·

E eu afirmo que a realeza (=tirania)
mata muita gente, espolia as posses
e viola juramentos saqueando pólis.

Em *Suplicantes*, Teseu comanda o exército ateniense contra os tebanos, que não querem permitir o enterro de Polinice e dos heróis argivos derrotados. Os soldados, escolhidos entre os cidadãos da pólis (*Heraclid.* 335), podiam eventualmente desempenhar outras tarefas. Em *Bacantes* (780–5), por exemplo, Penteu convoca os soldados para combater as bacantes.

Vejamos, finalmente, a curiosa e anacrônica passagem da *Ifigênia em Áulis* na qual Menelau descreve o comportamento “político” de Agamêmnon para obter o comando do exército grego, formado por contingentes chefiados por outros reis (337–48):

οἴσθ', ὄτ' ἐσπούδαζες ἄρχειν Δαναΐδαις πρὸς Ἴλιον,
τῷ δοκεῖν μὲν οὐχὶ χρήζω, τῷ δὲ βούλεσθαι θέλων,
ὡς ταπεινὸς ἦσθα, πάσης δεξιᾶς προσθιγάνων
καὶ θύρας ἔχων ἀκλήστους τῷ θέλοντι δημοτῶν
καὶ διδοῦς πρόσρησιν ἐξῆς πᾶσι, κεί μὴ τις θέλοι,
τοῖς τρόποις ζητῶν πρίασθαι τὸ φιλότιμον ἐκ μέσου,
καίτ', ἐπεὶ κατέσχες ἀρχάς, μεταβαλὼν ἄλλους τρόπους
τοῖς φίλοισιν οὐκέτ' ἦσθα τοῖς πρὶν ὡς πρόσθεν φίλος,
δυσπρόσιτος ἔσω τε κλήθρων σπάνιος; ἄνδρα δ' οὐ χρεῶν
τὸν ἀγαθὸν πράσσοντα μεγάλα τοὺς τρόπους μεριστάναι,
ἀλλὰ καὶ βέβαιον εἶναι τότε μάλιστα τοῖς φίλοις,
ἦνικ' ὠφελεῖν μάλιστα δυνατός ἐστιν εὐτυχῶν.

Lembras, quando ansiavas por comandar os Dânaos contra Ílion, sem aparentar que o desejavas, mas querendo muito? Como eras humilde, de todos a dextra apertando, a porta nunca fechada aos homens do povo que queriam, dirigindo a palavra a todos, um após outro, mesmo aos que não queriam, buscando comprar do público, com esses modos, a honraria. Aí, quando obtiveste o comando, mudaste para outros modos e não eras, como antes, um amigo para os amigos; de difícil acesso, raro, atrás de portas. Não deve um homem

de bem, ao atingir a grandeza, mudar de comportamento, mas ser constante, em especial com os amigos de antigamente; ao prosperar, está apto a lhes prestar grandes serviços.

DOIS REIS?

Em Eurípides, a existência de dois reis é mencionada de forma incidental e mesmo periférica, e sem relação com a realeza dual de Esparta. Em *Heraclidas* (34–6), Iolau comenta que Maratona é governada pelos dois filhos de Teseu, mas quando o arauto de Euristeu pergunta quem é o rei, o Coro responde que é Demofonte, filho de Teseu, que se aproxima com seu irmão Acamas (115–9). Em *Fenícias* (71–6), o arranjo entre Étéocles e Polínice para a alternância anual de poder não funcionou, mas em teoria Tebas tinha dois reis. Seriam os acontecimentos descritos na tragédia um tênue eco de ocorrências antigas ou uma crítica ao sistema espartano?

CONCLUSÃO

Os benefícios e os malefícios da monarquia, entendida aqui como o exercício do poder político por uma só pessoa, rei ou tirano, eram bem lembrados por Eurípides e pelo seu público. Na memória dos cidadãos do Período Clássico, a somatória dos benefícios e malefícios do poder absoluto era evidentemente negativa, o que Eurípides sintetiza no *Fr.* 275.1–2 da *Auge*, atribuído a Hércules (que provavelmente se dirige a Aleu):

κακῶς δ' ὄλοιτο πάντες οἱ τυραννίδι
χαίρουσιν ὀλίγη τ' ἐν πόλει μοναρχία·

que tenham má morte todos aqueles que na pólis
a tirania (= a realeza) desejam, da monarquia ou da oligarquia.

Note-se que nessa passagem o poeta não faz distinção entre o governo de um só e o governo de pequena parte dos cidadãos, aplicável à sua própria época.

As passagens analisadas demonstram que os reis das tragédias de Eurípides são muito parecidos com reis e tiranos presentes em poemas épicos e líricos do Período Arcaico e, assim como eles, evocavam antigos personagens e sistemas de governo mal documentados pela história do Período Arcaico, mas que deixaram marcas evidentes na cultura ateniense do século v a.C.

As tragédias de Eurípides sem dúvida acrescentam detalhes significativos aos nossos conhecimentos sobre a monarquia / tirania arcaica e, se não têm valor histórico formal para os puristas, dada a natureza ficcional do enredo trágico, no mínimo documentam o impacto da monarquia arcaica e suas lembranças na sociedade grega de meados do Período Clássico.

REFERÊNCIAS

- Dillon, M.; Garland, L. 1994. *Ancient Greece: social and historical documents from Archaic times to the death of Socrates (c. 800–399 BC)*. London and New York: Routledge.
- Mitchel, L. 2013. *The heroic rulers of Archaic and Classical Greece*. London and New York: Bloomsbury.
- Parker, V. 2007. "Tyrants and lawgivers." In *The Cambridge Companion to Archaic Greece*, edited by H. A. Shapiro, 13–39. New York: Cambridge University Press.
- Van Looy, H. 2002. "ΠΕΛΙΑΔΕΣ: Les Péliades." In *Euripide: tragédies, tome 8.2: Fragments de Bellérophon à Protésilas*, texte établi et traduit par F. Jouan et H. Van Looy, 515–30. Paris: Les Belles Lettres.
- Zuntz, G. 1955. *The Political plays of Euripides*. Manchester: Manchester University Press.



Title. Royal power in Euripides' tragedy

Abstract. On historical perspective the Greek kingship institution is insufficiently documented and its exact nature is yet to be revealed. Judging by archaic and classical poets, however, royal power characteristics were engraved in the memory of Classical Period Greeks. We selected and studied a few verses from Euripides' tragedy were kings presence may detail or clarify some aspects of monarchy in ancient Greek communities and its reflection in the minds of fifth century BC Greeks.

Keywords. Royals; tyranny; Greek tragedy; Euripides; Greek history.